



IUS NATURA
direito & meio ambiente

Exmo. Sr. Presidente da Câmara de Atividades Industriais do COPAM




CAFÉ UTAM S/A, situada à Avenida Presidente Juscelino, nº 451, Bairro Unidade Industrial, no Município de Piumhi, nesse Estado, por seus procuradores infra-assinados, inconformada, concessa venia, com a r. decisão da Câmara de Atividades Industriais do COPAM em lhe aplicar penalidade de multa decorrente do Auto de Infração nº 1096/2002, vem, tempestivamente, apresentar contra aquela decisão o seu


PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO

com fundamento no artigo 32 do Decreto 39.424/98, pelos fatos e fundamentos que a seguir articula.

pede deferimento.

Belo Horizonte, 29 de Novembro de 2004


Pp. Daniel Saliba de Freitas
OAB/MG 83.815


Pp. Juliana Koeppel
OAB/MG 75.106

Pp. João Paulo Campello de Castro
OAB/MG 10.660





1. Breve Relato

Através do ofício COPAM/FEAM/DICOF Nº 534/2004, de 08 de novembro de 2004, a Câmara de Atividades Industriais do COPAM comunicou à Recorrente que em reunião do dia 10/09/2004, examinou o referido processo e decidiu lhe aplicar, com base no Auto de Infração nº 1096/2002, multa no valor de R\$ 13.301,78 (treze mil e trezentos e um reais e setenta e oito centavos).

Ademais, no mesmo ofício, a FEAM informou que “não havendo o recolhimento da multa ou apresentação de Pedido de Reconsideração em tempo hábil, o referido processo será conduzido para inscrição do débito em dívida ativa do Estado”.

2. Da Tempestividade

De acordo com o parágrafo único do artigo 32 do Decreto 39.424/98, a Recorrente dispõe do prazo de vinte dias contados a partir do recebimento da notificação que comunica o indeferimento da Defesa Administrativa.

Desta forma, tendo a Recorrente recebido o ofício COPAM/FEAM/DICOF nº 534/2004, o qual comunicou a decisão da Câmara de Atividades Minerárias, em 11 de novembro do corrente, observa-se que o término do prazo para interposição deste Pedido de Reconsideração se dá no dia 1º de Dezembro.

Portanto, tempestivo este recurso.

3. Razões do Pedido de Reconsideração

Em 17 de Setembro de 2002, a Fundação Estadual do Meio Ambiente lavrou contra a Recorrente o Auto de Infração nº 1096/2004, pela constatação por parte deste órgão ambiental das supostas irregularidades: “deixar de atender a



convocação para licenciamento ou procedimento corretivo” e “dar início ou prosseguir atividade efetiva ou potencialmente poluidora ou degradadora do meio ambiente sem a Licença de Operação”.

A Recorrente, posteriormente, apresentou sua Defesa Administrativa tempestivamente. A Assessoria Jurídica da FEAM, em parecer Jurídico, sugeriu que a Diretoria de Atividades Industriais e Minerárias da FEAM descaracterizasse a infração leve de “deixar de atender a convocação para licenciamento ou procedimento corretivo”. Ademais, o mesmo parecer sugeriu à Câmara de Atividades Industriais do COPAM “a aplicação de multa no valor de R\$ 26.603,56, reduzida em até 50% pela obtenção da Licença de Operação (PA/COPAM Nº 1892/2002/002/2002 – Certificado L.O. Nº 120, com validade até 17/2/2010), nos termos do artigo 1º, inciso III, alínea “b” (infração gravíssima, porte médio do empreendimento) c/c, artigo 2º, § 1º, inciso I, da DN COPAM 27/98, alterada pela DN COPAM 64/03, c/c §§4º e 6º, do artigo 21, do Decreto 39.424/98, alterado pelo Decreto 43.127/02”.

Apesar de ter concedida a redução do valor da multa, a Câmara de Atividades Industriais do COPAM, ao julgar o presente processo, não considerou a ocorrência de qualquer atenuante. Desta forma, a Recorrente expõe a seguir a alegação de que se deve aplicar ao caso em análise a ocorrência de uma atenuante legal.

4. Da Atenuante

Tendo em vista que não houve a constatação da ocorrência de qualquer dano ao meio ambiente ou à saúde humana, como consequência da conduta ilegal ora imputada à Recorrente, deve-se considerar, no julgamento deste Pedido de Reconsideração, a atenuante prevista na letra “c”, §1º, do art. 3º da Deliberação Normativa COPAM nº 64/03, *in verbis*:



"Art. 3º - Após a fixação do valor-base da multa serão consideradas as circunstâncias:

I - atenuantes:

(...)

c) gravidade dos fatos, tendo em vista os motivos e suas consequências para a saúde pública e para o meio ambiente, hipótese em que ocorrerá a redução da multa em até um sexto"

Portanto, é clara a hipótese de incidência de atenuante no presente caso, devendo o valor da multa ora aplicada à Recorrente, ter o seu valor reduzido em até um terço.

5. Conclusão

Diante do exposto, espera a Recorrente que, em razão do fato de não ter ocorrido dano ambiental, seja considerada a atenuante alegada, determinando-se a redução do valor da multa em até um sexto.

Termos em que, pede deferimento.

Belo Horizonte, 29 de Novembro de 2004.

Pp. Daniel Saliba de Freitas

OAB/MG 83.815

Pp. Juliana Koeppel

OAB/MG 75.106

Pp. João Paulo Campello de Castro

OAB/MG 10.660